

ACESSO ABERTO

Data de Recebimento:

12/09/2025

Data de Aceite:

17/09/2025

Data de Publicação:

09/10/2025

***Autor correspondente:**

Tone Ernesto Silva, Mestre em Educação. Rua D, nº 3108, CEP 79610-334, Três Lagoas, MS, Brasil. Telefone de contato: (67) 99242-5266; E-mail: toneernesto10@gmail.com.

Citação:

A Transição do Liberalismo ao Neoliberalismo e Suas Implicações para a Educação Infantil em Moçambique: Uma Análise Histórica e Epistemológica.

Revista Multidisciplinar em Educação e Meio Ambiente,

v. 6, n. 4, 2025. <https://doi.org/10.51161/integrar/rema/4668>

DOI: 10.51161/integrar/rema/4668
Editora Integrar© 2025.

Todos os direitos reservados.

A TRANSIÇÃO DO LIBERALISMO AO NEOLIBERALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E EPISTEMOLÓGICA

Tone Ernesto Silva^a, Francisco José Noris^b, Machava Aliante Xavier^c, Joaquina Manuel Bulaunde Gonhamo^d.

^a Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Câmpus de Três Lagoas – CPTL, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Avenida Ranulpho Marques Leal, nº 3484, Distrito Industrial, CEP 79610-100, Três Lagoas, MS, Brasil.

^b Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Faculdade de Ciências Agrônômicas – FCA, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Fazenda Experimental Lageado, Rua José Barbosa de Barros, nº 1780, CEP 18610-307, Botucatu, SP, Brasil.

^c Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Câmpus de Três Lagoas – CPTL, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Avenida Ranulpho Marques Leal, nº 3484, Distrito Industrial, CEP 79610-100, Três Lagoas, MS, Brasil.

^d Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Câmpus de Três Lagoas – CPTL, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Avenida Ranulpho Marques Leal, nº 3484, Distrito Industrial, CEP 79610-100, Três Lagoas, MS, Brasil.

RESUMO

A transição do liberalismo ao neoliberalismo tem impactado significativamente a educação, especialmente a infantil, por meio de mudanças nas concepções e formas de gestão educacional. Em contextos subdesenvolvidos, como Moçambique, tais transformações revelam-se de maneira mais evidente, reforçando desigualdades no acesso à educação infantil. O objetivo desse trabalho é analisar como o neoliberalismo, ao priorizar a eficiência do mercado e a privatização, modificou as práticas educacionais e a visão epistemológica da educação infantil. A pesquisa baseia-se em levantamento histórico e análise de políticas educacionais sobretudo da educação infantil. Os resultados indicam que a transição para o neoliberalismo enfatizou a competição e a responsabilização das instituições de ensino, impactando a gestão e a abordagem pedagógica. Em Moçambique, apesar de garantida por discursos oficiais e legislações, a educação infantil permanece inacessível em muitas regiões. Nas áreas urbanas e subdesenvolvidas, a escassez de instituições públicas faz com que esse direito seja restrito a poucos, sendo privilegiado

em escolas privadas. Essa realidade reforça as desigualdades, priorizando o desempenho e a eficiência em detrimento do desenvolvimento integral da criança. O estudo conclui que é essencial reavaliar as políticas educacionais para garantir equidade no acesso à educação infantil, superando a lógica excludente do neoliberalismo e promovendo uma abordagem mais inclusiva e humanizadora.

Palavras-chave: Liberalismo, Neoliberalismo, Educação Infantil, Políticas Educacionais.

ABSTRACT

The transition from liberalism to neoliberalism has significantly impacted education, especially early childhood education, through changes in conceptions and forms of educational management. In underdeveloped contexts, such as Mozambique, these transformations are more evident, reinforcing inequalities in access to early childhood education. The objective is to analyze how neoliberalism, by prioritizing market efficiency and privatization, has modified educational practices and the epistemological view of early childhood education. The research is based on historical survey and analysis of educational policies, especially those concerning early childhood education. The results indicate that the transition to neoliberalism emphasized competition and accountability of educational institutions, impacting management and pedagogical approaches. In Mozambique, despite being guaranteed by official discourses and legislations, early childhood education remains inaccessible in many regions. In urban and underdeveloped areas, the scarcity of public institutions makes this right restricted to a few, being privileged in private schools. This reality reinforces inequalities, prioritizing performance and efficiency to the detriment of the child's integral development. The study concludes that it is essential to reassess educational policies to ensure equity in access to early childhood education, overcoming the exclusionary logic of neoliberalism and promoting a more inclusive and humanizing approach.

Keywords: Liberalism, Neoliberalism, Early Childhood Education, Educational Policies

INTRODUÇÃO

A evolução das ideologias econômicas moldou profundamente as políticas sociais e educacionais ao longo da história, trazendo consequências diretas para a organização da educação infantil. No campo da educação, a transição do liberalismo clássico para o neoliberalismo representa uma mudança substancial na forma como a educação é concebida e implementada, deslocando a centralidade do Estado para a lógica de mercado (Harvey, 2005).

O liberalismo, que ganhou força no século XIX, enfatizava a liberdade econômica e a mínima intervenção estatal, influenciando políticas educacionais que priorizavam a descentralização e a eficiência administrativa. Já o neoliberalismo, consolidado a partir da década de 1980, incorporou a privatização, a competição e a lógica de mercado como princípios estruturantes da educação, modificando práticas pedagógicas e administrativas (Gentili, 1998). Essa transição ideológica teve implicações profundas na epistemologia da educação infantil, pois passou a valorizar resultados quantitativos e métricas de desempenho em detrimento de dimensões sociais, culturais e afetivas do desenvolvimento integral da criança (Apple, 2005).

Nesse contexto, como a transição do liberalismo ao neoliberalismo influenciou as concepções epistemológicas e práticas pedagógicas da educação infantil, especialmente em contextos periféricos e desiguais, como Moçambique? Essa questão se justifica pela relevância científica de compreender os efeitos das ideologias econômicas sobre a educação e pela importância social de analisar políticas que interferem

diretamente no direito das crianças ao acesso e permanência na educação infantil (Saviani, 2008). Busca-se, assim, contribuir para reflexões críticas sobre políticas educacionais vigentes e apontar caminhos para garantir o desenvolvimento integral e o bem-estar das crianças (Giaretta, 2021).

Portanto, este estudo tem como objetivo investigar as implicações da transição do liberalismo para o neoliberalismo na educação infantil, com foco nas transformações epistemológicas e práticas que ocorreram ao longo desse processo.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, com enfoque qualitativo, buscando compreender as implicações da transição do liberalismo para o neoliberalismo na educação infantil. A escolha desse tipo de estudo justifica-se pela necessidade de analisar teorias, documentos e pesquisas anteriores que abordam a temática, possibilitando uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais e suas repercussões epistemológicas.

Para a coleta de informações, foram utilizadas bases de dados acadêmicas e científicas consolidadas, como *Google Scholar* e CAPES Periódicos. Esses repositórios foram selecionados por disponibilizarem artigos completos, livros e documentos oficiais, garantindo acesso a referências confiáveis. A pesquisa considerou descritores específicos, como “educação infantil”, “liberalismo”, “neoliberalismo”, “políticas educacionais” e “epistemologia da educação”, de modo a abarcar as publicações mais relevantes para o tema.

O período de realização da pesquisa compreendeu os meses de janeiro a abril de 2025, enquanto o período de abrangência dos artigos e documentos analisados foi de 1980 a 2025, contemplando desde o início da consolidação do neoliberalismo até os debates contemporâneos sobre políticas educacionais. Foram incluídos trabalhos publicados em português e inglês, por se tratarem das línguas predominantes nas discussões acadêmicas sobre neoliberalismo e educação infantil.

Os critérios de inclusão contemplaram artigos, livros, dissertações, teses e documentos oficiais que tratassem da relação entre as ideologias econômicas e a educação infantil. Foram excluídos materiais que abordassem outros níveis de ensino sem conexão direta com a educação infantil ou que não apresentassem fundamentação teórica sólida sobre liberalismo e neoliberalismo.

A triagem dos materiais seguiu um processo sistemático: inicialmente, realizou-se a leitura dos títulos para verificar a pertinência com o tema. Em seguida, foram analisados os resumos, de modo a identificar a relevância e a contribuição do estudo para a pesquisa. Por fim, foram examinados os resultados e discussões dos textos selecionados, assegurando que os dados incluídos fossem consistentes com os objetivos do estudo e com a análise epistemológica proposta. Esse procedimento permitiu organizar as informações de forma criteriosa, garantindo a qualidade e a coerência da pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada buscou compreender as implicações do liberalismo e do neoliberalismo nas políticas educacionais e na epistemologia da educação infantil. Para isso, foram utilizados diferentes bancos de dados e termos de busca específicos. No *Google Scholar*, a combinação dos termos “educação infantil” AND “liberalismo” AND “neoliberalismo” AND “políticas educacionais” AND “epistemologia

da educação” retornou 30 resultados relevantes. Esses artigos abordavam principalmente as transformações ideológicas e práticas pedagógicas na educação infantil, destacando como as mudanças econômicas e políticas impactam o desenvolvimento infantil e a gestão escolar.

Na busca pelo periódico CAPES, utilizando os descritores “liberalismo” AND “neoliberalismo” AND “políticas educacionais”, foram encontrados 8 artigos, que ofereceram contribuições mais específicas sobre a implementação de políticas educacionais e os efeitos do neoliberalismo sobre a organização do sistema educacional. Nenhum resultado foi obtido no *Scielo*, indicando uma lacuna na produção científica voltada para a análise crítica do impacto do liberalismo e do neoliberalismo na educação infantil em periódicos desta base.

Os resultados indicam que, apesar de existir literatura sobre liberalismo e neoliberalismo no contexto educacional, há uma escassez de estudos que articulem explicitamente a educação infantil, a epistemologia e as políticas educacionais em conjunto. A maior parte das publicações concentra-se na análise de políticas públicas e na mercantilização da educação, destacando questões como competição entre instituições, privatização e eficiência econômica (Apple, 2006; Demo, 2007; Lemos, 2020).

Essa análise evidencia que a transição do liberalismo para o neoliberalismo impactou diretamente a forma de conceber a educação infantil, enfatizando resultados mensuráveis, competitividade e gestão empresarial das instituições, em detrimento de uma abordagem inclusiva e centrada no desenvolvimento integral da criança. Além disso, a ausência de resultados no *Scielo* indica a necessidade de produção científica nacional e regional voltada para compreender criticamente esses impactos, sobretudo em contextos periféricos e subdesenvolvidos, como Moçambique.

Assim, os achados reforçam que o debate sobre políticas educacionais, epistemologia da educação e neoliberalismo ainda carece de estudos que articulem teoria e prática na educação infantil, apontando lacunas significativas e a necessidade de aprofundamento crítico. Esses resultados servirão como base para discutir as implicações históricas, sociais e pedagógicas do liberalismo e do neoliberalismo no desenvolvimento infantil e na organização das políticas educacionais.

3.1 Liberalismo e Educação

O liberalismo, como ideologia política e econômica, surgiu no século XVIII e XIX, fundamentado na defesa da liberdade individual, da propriedade privada e da mínima intervenção do Estado na economia. John Locke, um dos principais teóricos do liberalismo, destacou a importância dos direitos naturais e da liberdade como bases para uma sociedade justa (Locke, 1689).

O liberalismo, como destacado por Lemos (2020), surgiu no século XVIII como uma resposta à opressão política e econômica da época. Fundamentado na valorização da liberdade individual e da autonomia, o liberalismo defende que cada indivíduo deve ter a liberdade de buscar seus próprios interesses e realizar seu potencial sem intervenção excessiva do Estado. A igualdade de oportunidades é um princípio central, com a educação sendo vista como um meio para assegurar que todos os indivíduos possam competir em condições mais justas.

De acordo com Lemos (2020), o liberalismo defende que o papel do Estado na educação deve ser limitado a garantir acesso e oportunidades iguais, promovendo um ambiente onde as instituições possam operar com autonomia e eficiência. A ideia é que, ao limitar a intervenção estatal e promover a liberdade

econômica, se cria um sistema educacional que favoreça a competição e a inovação, possibilitando que os indivíduos prosperem com base em seus próprios méritos (Lemos, 2020).

Na educação, o liberalismo enfatiza a igualdade de oportunidades, argumentando que todos devem ter acesso a uma educação que permita a mobilidade social e a competição equitativa. A educação deve promover a autonomia do indivíduo e garantir a liberdade de escolha. O papel do Estado, sob a perspectiva liberal, é garantir um ambiente em que as instituições educacionais possam operar de forma descentralizada, promovendo a autonomia e a competição entre escolas, sem uma intervenção direta que limite a liberdade de operação das instituições.

Nas palavras de Lemos,

Ao longo da história, o ideário liberal foi se modificando, resultando em diferentes vertentes e variadas concepções. Contudo, permaneceu atravessado pela defesa da propriedade e alicerçado em um mundo humano "constituído de átomos individuais com certas paixões e necessidades, cada um procurando acima de tudo aumentar ao máximo suas satisfações e diminuir seus desprazeres" (HOBSBAWM, 1996, p. 256).

Isso não significa dizer que as ideias liberais não trouxeram conquistas importantes para a sociedade. A liberdade religiosa, a organização legal, a luta contra o Estado opressor e tirânico e alguma mobilidade social são conquistas históricas atreladas ao movimento liberal. Além disso, "as relações produtivas que tornou possíveis melhoraram imensamente o padrão geral de condições materiais. O progresso da ciência só foi possível através do clima mental que o liberalismo criou" (LASKI, 1973, p. 14). Apesar disso, o ideário liberal favoreceu especialmente a burguesia, classe que está na origem e nos desenvolvimentos dessa forma de pensamento; oportunizou o controle do Estado; amparou a constituição do arcabouço jurídico de proteção da propriedade e de validação do poder; justificou as desigualdades mediante o discurso do indivíduo e sua responsabilidade por sua própria liberdade; estabeleceu o contrato que legitima condições desiguais e validou toda uma organização social baseada desenfreada do dinheiro. (Lemos, 2020, p. 5).

O ideário liberal, ao longo da história, evoluiu significativamente, mas sempre manteve uma ênfase fundamental na defesa da propriedade privada e na visão dos indivíduos como "átomos" em busca de maximização de suas satisfações e minimização de seus desprazeres (Hobsbawm, 1996). O liberalismo, desde seu surgimento no século XVIII, trouxe importantes conquistas sociais, como a promoção da liberdade religiosa, a criação de estruturas legais que desafiaram o Estado opressor e tirânico, e a facilitação de alguma mobilidade social. Essas conquistas ajudaram a melhorar o padrão de condições materiais e a fomentar o progresso científico ao criar um ambiente propício para a inovação e o desenvolvimento (Laski, 1973).

No entanto, o liberalismo também teve suas limitações e críticas. Em muitos aspectos, favoreceu a burguesia, a classe que originou e desenvolveu essa forma de pensamento, consolidando seu controle sobre o Estado e reforçando a proteção da propriedade e do poder econômico. A ideologia liberal justificou desigualdades por meio do discurso da liberdade individual e da responsabilidade pessoal, promovendo um sistema onde o contrato social legitimava condições desiguais e uma organização social baseada na acumulação desenfreada de dinheiro.

Além disso, Netto e Braz (2012) destacam que o capitalismo, impulsionado pela lógica de valorização

contínua, está intrinsecamente ligado a crises econômicas cíclicas. Essas crises, que incluem fases de crise, depressão, recuperação e auge, são reflexos das contradições internas do sistema capitalista. A necessidade incessante de valorização e expansão do capital leva a ciclos econômicos que revelam a instabilidade e as desigualdades profundas que caracterizam o capitalismo, evidenciando que não há capitalismo sem crise. Assim, apesar dos avanços proporcionados pelo liberalismo, suas contradições e limitações revelam um sistema que perpetua desigualdades e instabilidades econômicas, desafiando a ideia de um progresso contínuo e igualitário.

O neoliberalismo emergiu como uma resposta às crises econômicas dos anos 1970 e 1980, promovendo uma agenda de reformas que buscavam aumentar a eficiência econômica através da redução da intervenção estatal e da promoção do mercado livre. Milton Friedman, um dos principais defensores do neoliberalismo, argumentou que a privatização e a competição são fundamentais para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos, incluindo a educação (Friedman, 1962).

O neoliberalismo defende a introdução de mecanismos de mercado na educação, como as subvenções escolares, e a gestão empresarial das escolas, com o objetivo de aumentar a escolha do consumidor e a responsabilidade das instituições (Harvey, 2005). Essa abordagem implica uma mudança significativa em relação ao papel do Estado, promovendo políticas de austeridade e cortes no financiamento público, enquanto encoraja a participação do setor privado na provisão de serviços educacionais (Klein, 2007). As reformas neoliberais tendem a priorizar a eficiência econômica sobre os objetivos sociais e culturais da educação, afetando diretamente a forma como as políticas educacionais são formuladas e implementadas.

A partir da década de 1980, o neoliberalismo emergiu como uma resposta às crises econômicas e políticas do período, buscando uma reorientação significativa das políticas públicas e econômicas. Segundo Lemos (2020), o neoliberalismo intensifica a ênfase na eficiência econômica e na privatização, promovendo a introdução de práticas de mercado na educação. As políticas neoliberais, como as subvenções escolares e a gestão empresarial das escolas, visam aumentar a competição e a responsabilidade das instituições educacionais, substituindo a intervenção estatal direta por mecanismos de mercado. O objetivo é criar um sistema educacional mais eficiente, no qual as instituições competem para atrair alunos e melhorar resultados. No entanto, essa abordagem também tem implicações significativas, como a mercantilização da educação e a potencial ampliação das desigualdades educacionais. O neoliberalismo redefine a função da educação, priorizando a eficiência e o retorno econômico, frequentemente em detrimento das dimensões sociais e culturais do desenvolvimento infantil (Lemos, 2020).

3.2 A Transição do Liberalismo para o Neoliberalismo e Impacto na Educação Infantil

A transição do liberalismo para o neoliberalismo ocorreu em resposta a crises econômicas e políticas que desafiavam a eficácia do modelo liberal tradicional. A partir da década de 1970, a estagnação, uma combinação de estagnação econômica e inflação elevada, expôs as limitações do modelo keynesiano dominante, que defendia a intervenção estatal para garantir o crescimento e a estabilidade econômica. Para enfrentar essas dificuldades, foram implementadas reformas econômicas e políticas de austeridade que marcaram o início da era neoliberal (Almeida, 2019).

Os principais eventos históricos que catalisaram essa transição incluíram as políticas de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margaret Thatcher no Reino Unido. Essas lideranças promoveram a redução dos impostos, a desregulamentação dos mercados e a privatização de empresas estatais. O

pensamento neoliberal, conforme desenvolvido por Milton Friedman e outros economistas, defendeu a redução da intervenção estatal e a promoção de mecanismos de mercado para melhorar a eficiência econômica (Friedman, 1962). As políticas de austeridade, que envolviam cortes em gastos públicos e reestruturações fiscais, visavam restaurar a confiança dos investidores e reduzir déficits orçamentários, mas também resultaram em uma redução significativa nos investimentos públicos em áreas como saúde e educação (Harvey, 2005).

A transição para o neoliberalismo teve um impacto profundo nas políticas e práticas educacionais, especialmente na educação infantil. Sob a influência do neoliberalismo, a educação passou a ser vista cada vez mais como uma mercadoria e um setor competitivo, em vez de um serviço público universal e acessível. As políticas neoliberais introduziram mecanismos de mercado na educação, como as subvenções escolares, que permitiram que os pais escolhessem entre escolas públicas e privadas com base em critérios de desempenho e eficiência (Friedman, 1962).

Essa abordagem promoveu a privatização de muitas instituições educacionais e a competição entre elas, com a expectativa de que a concorrência melhoraria a qualidade da educação. No entanto, essa mudança também trouxe desafios significativos. A pressão para atender a padrões de desempenho e as métricas de sucesso muitas vezes priorizaram resultados quantitativos sobre a qualidade do desenvolvimento infantil e a equidade no acesso à educação. A redução dos investimentos públicos em educação infantil e a introdução de políticas baseadas em desempenho contribuíram para uma maior desigualdade no acesso à educação e uma diminuição na ênfase nas dimensões sociais e culturais do desenvolvimento infantil (Klein, 2007).

Sob a influência de políticas educacionais de cunho mercadológico, o discurso escolar passou a incorporar expressões como eficiência, inovação, modernização e avaliação. Nesse contexto, Libâneo e Freitas (2018) destacam que organismos internacionais, amparados por autoridade política, normativa e financeira, exercem o papel de “intelectuais orgânicos” na elaboração de políticas públicas, assumindo uma representação de alcance global. Essa lógica aplicada à educação tende a fragmentar as ações políticas no setor, favorecendo a manutenção da hegemonia de determinadas classes sociais, característica marcante do neoliberalismo. A reflexão seguinte dialoga diretamente com essa mesma perspectiva crítica.

Segundo Laval (2019, p. 16), “há uma racionalidade implícita que sustenta as mudanças e reformas impulsionadas pelos discursos dominantes e que têm atravessado o campo educacional”. Essa leitura é compartilhada por Moraes (2001), Chauí (2014), Libâneo e Freitas (2018), entre outros, que associam o novo desenho da educação às reformas contemporâneas, apontando seus impactos diretos na transformação da práxis pedagógica. Nessa mesma direção, Melo (2005) observa que há uma indução deliberada de uma mentalidade meritocrática, fundamentada no esforço individual e voltada para a competição e para a valorização de resultados. Assim, estabelece-se um cenário em que prevalecem o controle, a imposição, a submissão e a adaptação das instituições escolares às exigências de ordem econômica. Essas mudanças resultaram em uma educação infantil que frequentemente se concentra mais em resultados acadêmicos e métricas de desempenho do que no bem-estar e desenvolvimento integral das crianças, refletindo as prioridades do neoliberalismo em promover eficiência e competitividade em detrimento da equidade e da inclusão.

O neoliberalismo alterou a visão tradicional da educação ao destacá-la principalmente como um meio de alcançar eficiência econômica e retorno sobre investimentos. Essa perspectiva enfatiza a educação como uma ferramenta para preparar indivíduos para o mercado de trabalho e maximizar a produtividade

econômica, em vez de priorizar o desenvolvimento integral e a justiça social (Silva, 2025). Segundo Demo (2007), essa visão neoliberal reduz a educação a uma mera função utilitária, voltada para o treinamento e a adequação às demandas do mercado, em detrimento de suas dimensões culturais e sociais mais amplas.

As políticas educacionais neoliberais, como a introdução de subvenção escolares e a privatização da educação, visam aplicar princípios de mercado no setor educacional. Apple (2006) discute como a privatização e a competição são promovidas como soluções para melhorar a qualidade da educação, mas frequentemente levam a uma maior desigualdade e à fragmentação do sistema educacional. Essas políticas, que incluem a gestão empresarial das escolas, buscam aumentar a eficiência e a responsabilidade das instituições, mas podem resultar na marginalização de questões sociais e na intensificação da desigualdade educacional.

De acordo com Cardoso (2006) “Desenvolver-se de modo desigual é próprio do capitalismo. A expansão do capital se faz criando desigualdades. O capitalismo opera como um sistema que desenvolve e integra ou exclui de maneira desigual as economias mais dinâmicas e as economias capitalistas dependentes.” O capitalismo é caracterizado por seu impulso intrínseco para expandir e acumular capital, o que inevitavelmente gera desigualdades. Essa expansão não ocorre de maneira uniforme, mas sim através da criação de disparidades econômicas entre regiões e setores. Economias mais dinâmicas e desenvolvidas tendem a se integrar e se beneficiar dos processos de globalização e inovação, recebendo investimentos e acesso a mercados mais amplos. Em contraste, economias menos desenvolvidas ou dependentes frequentemente são marginalizadas ou excluídas, lutando para competir em um sistema que privilegia a eficiência e o lucro.

Essa dinâmica de integração e exclusão gera uma hierarquia econômica global no qual as economias mais fortes e inovadoras acumulam riqueza e poder, enquanto as mais fracas enfrentam estagnação e desvantagens. O capitalismo, portanto, não apenas promove o crescimento econômico, mas também acirra as desigualdades ao diferenciar o desenvolvimento e o acesso aos benefícios econômicos. Essa estrutura desigual reforça e perpetua as disparidades entre países e regiões, evidenciando uma característica fundamental do capitalismo: seu papel em fomentar e ampliar desigualdades no processo de expansão econômica (Chauí, 2014).

As práticas pedagógicas também foram transformadas sob o impacto das políticas neoliberais. A ênfase em resultados e métricas de desempenho levou a uma maior padronização dos currículos e a uma concentração em habilidades técnicas e acadêmicas, muitas vezes à custa de abordagens pedagógicas mais holísticas e inclusivas. De acordo com a pesquisa de Freitas (2014), as práticas pedagógicas têm sido cada vez mais direcionadas para atender a critérios de desempenho e eficiência, o que pode limitar o desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais dos alunos e reduzir a ênfase na formação cidadã.

Libâneo *et al* afirma que:

Os acontecimentos do mundo atual afetam a educação escolar de várias maneiras. Vejamos algumas:

- a) exigem novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, o que provoca certa valorização da educação formadora de novas habilidades cognitivas e competências sociais e pessoais;
- b) levam o capitalismo a estabelecer, para a escola, finalidades mais compatíveis com os interesses do mercado;
- c) modificam os objetivos e as prioridades da escola;
- d) produzem modificações nos interesses, necessidades e valores escolares;
- e) forçam a escola a mudar suas práticas por causa do avanço tecnológico dos meios de comunicação e da introdução da informática;
- f) induzem alteração na

atitude do professor e no trabalho docente, uma vez que os meios de comunicação e os demais recursos tecnológicos são muito motivadores. (Libâneo *et al*, 2012, p. 62)

Os atuais acontecimentos globais, como a digitalização e a demanda por habilidades diversificadas, impactam a educação infantil de maneiras complexas. A exigência por trabalhadores flexíveis e com competências sociais reforça a importância de desenvolver habilidades desde a infância, o que é positivo, mas pode levar a uma pressão precoce para atingir metas específicas, prejudicando o desenvolvimento natural das crianças (Libâneo *et al*, 2012).

A influência do capitalismo pode orientar a educação infantil a focar mais em habilidades práticas voltadas para o mercado, em detrimento de aspectos fundamentais do desenvolvimento emocional e social. As mudanças tecnológicas, embora ofereçam novas ferramentas pedagógicas, podem introduzir um desequilíbrio se não forem utilizadas com critério, potencialmente sobrecarregando as crianças com estímulos e exigências excessivas. Além disso, a adaptação das práticas docentes ao avanço tecnológico pode desviar a atenção dos métodos tradicionais de ensino, que são igualmente importantes para o desenvolvimento inicial. É essencial equilibrar a integração de tecnologias com abordagens que respeitem o ritmo e as necessidades das crianças, garantindo que a educação infantil continue a promover um desenvolvimento equilibrado e saudável (Melo, 2005).

A transição para o neoliberalismo teve um impacto significativo na acessibilidade e qualidade da educação infantil. O neoliberalismo, com sua ênfase na eficiência e na privatização, resultou na introdução de mecanismos de mercado no setor educacional, como a competição entre instituições e a privatização de serviços educacionais. Essas mudanças frequentemente levaram à criação de um sistema educacional mais fragmentado e desigual, em que a qualidade da educação infantil passou a variar amplamente com base na capacidade financeira das famílias e na localização das instituições. Estudos indicam que a privatização e a concorrência intensificaram as desigualdades, pois as instituições privadas muitas vezes oferecem uma educação de maior qualidade, mas a um custo que pode ser proibitivo para famílias de baixa renda (Klein, 2007).

As políticas neoliberais exacerbaram as desigualdades educacionais, particularmente na educação infantil. A introdução de mecanismos de mercado e a redução dos investimentos públicos em educação resultaram em uma maior desigualdade no acesso e na qualidade dos serviços educacionais. A privatização e a competição intensificaram a segregação social, uma vez que escolas privadas frequentemente atendem a alunos de famílias mais abastadas, enquanto escolas públicas enfrentam dificuldades financeiras e oferecem serviços de qualidade inferior. Além disso, as práticas neoliberais tendem a priorizar a eficiência econômica sobre a inclusão social, o que pode prejudicar a integração de crianças com necessidades especiais ou de contextos socioeconômicos desfavorecidos (Bourdieu & Passeron, 1996).

O neoliberalismo tem sido alvo de críticas significativas, especialmente no contexto da educação infantil. Críticas frequentemente apontam para a mercantilização da educação, no qual a educação é tratada como um produto a ser comprado e vendido, em vez de um direito universal e acessível. Essa mercantilização pode levar à redução de recursos públicos destinados à educação, com impactos negativos na qualidade e na equidade dos serviços oferecidos. Além disso, as políticas neoliberais tendem a reduzir o financiamento público para a educação, prejudicando especialmente as instituições que atendem a populações vulneráveis e exacerbando as desigualdades educacionais (Apple, 2006).

Educadores e instituições enfrentam vários desafios ao se adaptar às novas políticas e práticas neoliberais. A pressão para melhorar o desempenho acadêmico e atender a métricas de eficiência pode limitar a capacidade dos educadores de atender às necessidades individuais das crianças e promover um ambiente de aprendizado inclusivo. Além disso, a falta de recursos e o aumento da carga de trabalho para atender às demandas das políticas neoliberais podem afetar negativamente a qualidade da educação e o bem-estar dos profissionais da educação. As instituições precisam encontrar maneiras de equilibrar as exigências de eficiência com a necessidade de proporcionar uma educação de qualidade e inclusiva para todas as crianças (Demo, 2007).

O neoliberalismo, conforme defendido por Friedrich Hayek e outros intelectuais como Milton Friedman e Ludwig Von Mises, fundamenta-se na priorização da liberdade individual e na redução do papel do Estado. Segundo Gentili (1996), esse modelo considera o coletivismo como um entrave ao livre mercado, promovendo uma visão na qual a intervenção estatal deve ser minimizada, pois o Estado é visto como um mau gestor. Assim, acredita-se que os indivíduos, livres da proteção estatal, teriam maiores chances de alcançar êxito. No entanto, essa concepção tem gerado impactos significativos, conforme destacado por Harvey (2008), ao mencionar o fenômeno da "destruição criativa". Esse processo resulta no desmantelamento de instituições, culturas e relações sociais, atingindo aspectos fundamentais da sociedade, como a divisão do trabalho, o bem-estar social, os modos de vida e a organização da soberania estatal.

Dessa forma, o neoliberalismo sustenta a ideia de que o bem-estar social será alcançado quando todos tiverem acesso irrestrito ao mercado. Para isso, torna-se essencial maximizar as transações econômicas, conforme apontado por Harvey (2008). No entanto, na prática, especialmente nos países periféricos, esse modelo não tem assegurado o bem-estar das populações, mas, ao contrário, tem agravado as desigualdades sociais (Silva, 2025). Ianni (1998) argumenta que o capitalismo global não apenas incorpora o neoliberalismo, mas também produz um subproduto nazifascista, um reflexo extremo das mesmas forças sociais predominantes na sociedade administrada sob essa lógica. Como consequência, há uma intensificação das desigualdades e das tensões sociais, perpetuando processos de exploração, exclusão e marginalização.

As críticas a esse modelo político-econômico são amplamente discutidas por autores como Gentili (1996), Mészáros (2009) e Maia (2023). Esses teóricos apontam que, ao longo da implementação do neoliberalismo, surgem problemas estruturais, tais como desumanização, exclusão social, exploração e expropriação do trabalho, subordinação e extermínio de populações racializadas, violência de gênero contra as mulheres e uso predatório dos recursos naturais. Para Gentili (1996), a disseminação do discurso neoliberal ocorre por meio da construção sistemática de uma narrativa de crise, justificando reformas e intervenções que consolidam sua hegemonia. No contexto da crise capitalista da década de 1960, esse modelo se impôs através de dois processos principais: a criação de uma "alternativa de poder" e um "projeto de reforma ideológica", garantindo sua influência tanto no campo econômico quanto no cultural.

Maia (2023) argumenta que o mundo contemporâneo enfrenta uma crise multifacetada, abrangendo esferas política, ecológica, social e econômica, todas resultantes do capitalismo. No caso dos Estados Unidos, a autora destaca fatores como a financeirização extrema, a precarização do trabalho, o crescimento das emissões de carbono e do negacionismo climático, a violência policial racializada e a sobrecarga das famílias devido à redução dos auxílios sociais. Esse cenário também se manifesta na América Latina, onde os impactos do modelo neoliberal agravam as desigualdades e promovem um sistema econômico

expropriativo e plutocrático, intensificando a marginalização de populações vulneráveis.

No contexto moçambicano, essa realidade se evidencia no campo da educação infantil. Apesar de os discursos oficiais e a legislação garantirem o direito à educação para todas as crianças, sua implementação é altamente desigual. Nas zonas periféricas, a educação infantil é praticamente inexistente, sendo um privilégio restrito a poucos, especialmente nas áreas rurais, onde sua presença se dá, em grande parte, por meio de escolas privadas. Esse cenário reflete a lógica neoliberal, que transfere responsabilidades do Estado para o setor privado, resultando na mercantilização da educação e na restrição do acesso à educação de qualidade apenas para aqueles que podem pagar por ela (Silva, 2025).

O modelo capitalista neoliberal, ao priorizar a acumulação de riqueza em detrimento do bem-estar coletivo, compromete não apenas a equidade social, mas também a sustentabilidade ambiental. A lógica do consumo desenfreado leva à expropriação de recursos naturais, ameaçando sua disponibilidade para as futuras gerações (Laval, 2019). Maia (2023) argumenta que esse modelo deve ser repensado, e a educação emerge como um espaço essencial para essa reflexão. Movimentos ecologistas e sociais propõem alternativas baseadas na sustentabilidade e no respeito à natureza, opondo-se à lógica desenvolvimentista predatória.

Diante desse contexto, torna-se imperativo que o sistema educacional moçambicano, especialmente no que se refere à educação infantil, seja fortalecido e democratizado. A educação deve ser vista não apenas como um direito fundamental, mas como um meio para promover a justiça social e combater a lógica excludente do neoliberalismo. O enfrentamento dos desafios impostos por esse modelo econômico exige um processo educativo crítico e contra-hegemônico, que capacite os cidadãos a compreender e transformar sua realidade, superando as desigualdades e promovendo uma sociedade mais equitativa e sustentável.

CONCLUSÃO

Este artigo analisou a transição do liberalismo ao neoliberalismo e suas profundas implicações para a educação infantil, oferecendo uma visão abrangente das transformações ideológicas e suas consequências. As principais descobertas revelam que a ascensão do neoliberalismo trouxe mudanças significativas na gestão e na abordagem da educação infantil, enfatizando a eficiência do mercado e a privatização em detrimento de princípios mais igualitários e sociais defendidos pelo liberalismo clássico. As políticas neoliberais, como a introdução de subvenção escolares e a gestão empresarial das escolas, resultaram em uma reformulação da finalidade da educação, priorizando a performance e o retorno econômico sobre o desenvolvimento integral das crianças.

A reflexão sobre essas mudanças aponta para impactos notáveis na acessibilidade e na qualidade da educação infantil, evidenciando um aumento nas desigualdades educacionais e uma redução nas práticas de inclusão. A crítica ao neoliberalismo destaca a mercantilização da educação e a diminuição dos recursos públicos destinados ao setor, o que compromete a qualidade e a equidade da educação infantil.

Diante desses desafios, é crucial promover uma reavaliação das políticas educacionais atuais. Adotar uma abordagem mais equilibrada, que considere tanto os aspectos econômicos quanto os sociais e culturais, é essencial para garantir uma educação infantil que valorize o desenvolvimento integral das crianças e promova a igualdade de oportunidades. Essa mudança de perspectiva pode contribuir para um sistema educacional mais justo e inclusivo, capaz de atender adequadamente às necessidades de todas as crianças.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Eustáquio Leandro Assis Cavalcanti Albuquerque de. *Sociologia histórica crítica: o neoliberalismo na América Latina e Brasil do século XXI*. 2019. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/62e36d02-6c93-4e4c-80d2-2e38c36f69b8>. Acesso em: 16 set. 2025.
- APPLE, Michael W. Educação e poder. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-42.
- APPLE, Michael W. **Educando da Forma "Certa": Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. Nova York: Routledge, 2006.
- CARDOSO, M.L. Sobre as relações sociais capitalistas. In: LIMA, J.C.F., e NEVES, L.M.W., org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 25-66. ISBN: 978-85-7541-612-9. Disponível em: doi: 10.7476/9788575416129.0003. Disponível também em: ePUB: <http://books.scielo.org/id/j5cv4/epub/lima-9788575416129.epub>.
- CHAUI, Marilena. **A ideologia da competência: Escritos de Marilena Chauí**. v. 3. ed. Autêntica, São Paulo, 2014.
- DEMO, P. **Educação e Neoliberalismo: Tendências e Contradições**. Editora Cortez. 2007.
- FREITAS, A. M. **Políticas Educacionais Neoliberais: Impactos e Perspectivas**. Editora Vozes. 2014
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Chicago: Universidade de Chicago Press, 1962.
- GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.
- GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 6. ed. Tradução de Vânia Paganini Thurler e Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GENTILI, Pablo e OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil**. In: SADER, Emir (Org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. -São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013. Págs. 253 -263
- GIARETA, Paulo Fioravante. A BNCC e o reformismo curricular no Brasil no contexto da agenda neoliberal. **Cadernos de Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdespesquisa/article/view/18984>. Acesso em: 15 set. 2025.
- HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005. Disponível em: https://pratlif.com/economy/money_files/harvey_a_brief_history_of_neoliberalism.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Ed. Loyola, 2008. 88DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v5i3.589IANNI>, Octavio. Neoliberalismo e nazi-fascismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1,n.7, 1998, p.112-120
- HARVEY, David. **Uma Breve História do Neoliberalismo**. Oxford: Universidade de Oxford Press, 2005.
- HAYEK F. A. El Uso del Conocimiento en la Sociedad – Traduzido da *American Economic Review*, XXXV, Nº 4 (setembro, 1945), **Estudios Públicos**, n. 12, p. 519-530, 1983.
- KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque: A Ascensão do Capitalismo de Desastre**. Nova York: Metropolitan Books, 2007.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.
- LE MOS, A. G. S. (2020). **Liberalismo e Neoliberalismo: Liberdade, Indivíduo e Igualdade**. Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUCGO), Goiânia, Goiás, Brasil.
- LIBÂNIO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018.
- LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10. ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2012.
- MAIA, João Jerónimo Machadinha. Crises do capitalismo global no século XXI: tópicos para uma abordagem estrutural e holística. **Cidades, Comunidades e Territórios**, Spring Special Issue, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15847/cct.27670>. Acesso em: 15 set. 2025.
- MELO, Adriana de Almeida Sales de. **A mundialização da educação: o projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/Qftk4d8jyZcdV7cj6bZ39Pz/> Acesso em 16 de setembro de 2025.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capitalismo**. Tradução de Francisco Raul Cornejo e colaboradores. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem para onde vai?** São Paulo: SENAC. São Paulo, 2001.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, v. 1, 2012.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 45. ed. [S.l.]: Livros, 2024. 160 p.
- SILVA, Tone Ernesto. *Políticas públicas da educação especial em Moçambique: uma análise do Plano Quinquenal do Governo 2020-2024*. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/12468>. Acesso em: 16 set. 2025.